

VEREDAS SERTANEJAS DA PARAHIBA DO NORTE: A FORMAÇÃO DAS REDES SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS NO ARRAIAL DE PIRANHAS (SÉCULO XVIII)

RODRIGO CEBALLOS*

Após a expulsão final dos holandeses da Capitania de Pernambuco e região em 1654, reiniciou-se o avanço lusitano pelo sertão. Há registros de que em 1696, no interior da Parahiba do Norte, o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo lançou-se desde a cidade da Parahyba, rio acima, em busca de terras para conquista e povoamento.

Em carta régia de 1694, o governador-geral do Brasil, Dom João de Lencastre, incentivava os leais súditos do rei português a continuar o avanço pelo interior para descobrimento de minas de ouro e prata. Lencastre prometia mercês, prêmios, carta de nobreza e o título de uma das três ordens militares.

De acordo com Vandelei Silva (2010), à medida que o plantio da cana-de-açúcar definiu a economia ao longo do litoral do Brasil colonial, criaram-se oposições espaciais nas regiões da América portuguesa. Por um lado, estava o “espaço civilizado” e, do outro, o “selvagem”, desconhecido, ainda a ser desbravado. Para o imaginário colonial, até o momento em que as regiões mineradoras tomaram o lugar econômico antes pertencentes às áreas canavieiras, será este padrão de “civilização” que se manterá corrente. Os interiores, “a terra adentro”, passaram a ser designados de “sertão”, ou seja, a área desocupada (pela “civilização” europeia) localizada além de um litoral mantido pela monocultura da cana. O vocabulário português e latino de 1712, desenvolvido pelo padre Raphael Bluteau, não se aparta desta concepção. O sertão é tanto o lugar em que “faz a maior calma”, como também uma região que está “apartada do mar, & por todas as partes, metida entre terras”. (BLUTEAU, 1712, p. 613). O sertão, assim, era “o espaço onde havia um vazio de súditos da Coroa Portuguesa”, com seus grandes vazios “incultos e desabitados” (SILVA, 2010, p. 112).

Até o final do século XVIII, o sertão também foi considerado como o espaço do *gentio bravo*, isto é, o lugar dos selvagens e dos incivilizados. Neste imaginário colonial, o sertão continuou a ser o espaço da barbárie tendo como seus desbravadores

* Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores; Doutor em História; Projeto financiado pelo CNPq com o título: “Procurações, libelos, escritões e nobres da terra: a dinâmica da administração no sertão do Rio Piranhas, Capitania da Parahiba do Norte (1725-1750)”.

homens pobres e rudes, em grande medida oficiais mecânicos, brancos, negros ou pardos e vadios da zona litorânea desejosos pela obtenção de terras para a criação de gado (SILVA, 2010). Certamente o desejo por metais preciosos envolveu os interesses dos novos conquistadores setecentistas pelo sertão adentro, mas foram as possibilidades de criação de gado em novas áreas e a constituição de redes de poder unidas ao dinamismo econômico dos centros litorâneos que moveu em grande medida estes homens.

De acordo com Suassuna & Mariz (2005), não se pode esquecer que a criação de currais de gado no interior também está ligado ao interesse comercial do extrativismo salineiro, desenvolvido principalmente na capitania do Rio Grande do Norte. Além da “carne-do-ceará” (carne seca) que vinha do vale do Aracati, o gado muar também não deixava de transportar e comerciar boa quantidade de sal. Do comércio surgiram feiras nas fazendas de gado, conhecidas como currais, que terminaram propiciando, junto ao apresamento de índios, vários núcleos de povoamento.

Antes mesmo da carta régia do governador geral do Brasil incentivar o desbravamento do sertão, o capitão de campo Domingos Jorge Velho (sobrinho) – responsável por entradas e ataques a quilombos –, a serviço do governador de Pernambuco, adentrou por volta de 1660 pelo interior e alcançou os atuais estados do Piauí, Ceará e Paraíba. No final do século XVII provavelmente já havia passado pela região do Alto Sertão paraibano, aprisionando índios e assentando seus homens em terras da região. Antes da chegada de Oliveira Ledo, vindo do litoral paraibano, sertanistas como Jorge Velho teriam fundado o arraial de Piranhas, na junção entre os rios do Peixe e Piancó.

Este avanço pelo sertão da atual região Nordeste também se manteve pela corrente exploratória vinda da Bahia, organizada pela poderosa Casa da Torre. Garcia d’Ávila e seus descendentes, desde 1667 estabeleceram-se às margens do Rio São Francisco, próximo a Pernambuco, para criação de gado e formaram “companhias exploratórias” em aliança com o próprio Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Sertão. Junto a estes sertanistas, descendentes dos d’Ávila tomaram para si, após intensos ataques indígenas, terras de Piranhas. De acordo com Wilson Seixas (2004), pelo ano de 1664, um dos principais representantes da Casa da Torre na conquista do Alto Sertão, Francisco Dias d’Ávila, foi um dos primeiros a ocupar terras do Piancó,

Piranhas e Rio do Peixe. E segundo Celso Mariz (1994), há registros de que familiares dos d'Ávila mantiveram-se proprietários de terras na região até fins do século XVIII. Alguns dos avanços dos d'Ávila foram, inclusive, realizados mediante requisição da própria Coroa. As primeiras expedições militares e seus conflitos armados foram, portanto, empreendimentos privados, financiados pela Casa da Torre.

Foram os d'Ávilas e seus “vaqueiros” que iniciaram os primeiros empreendimentos pelo sertão, criando fazendas para criação de gado. Posteriormente, militares e seus homens enviados pelos governadores das capitanias ocuparam sesmarias doadas e se juntaram às redes sociais já formadas pelas primeiras levas, ocupantes das margens das bacias e rios interioranos. A questão é que muitos destes empreendimentos tinham um caráter privado, já que a Coroa portuguesa relegou esta função àqueles que desejassem criar currais pelo sertão às próprias expensas. A administração colonial não buscou intervir na política de conquista do sertão, restringindo-se apenas ao controle de doação das sesmarias e na regulação da formação de criatórios de gado. Acredito que esta forte autonomia real concedida às localidades sertanejas produziu ao longo do século XVIII uma nova formatação da sociedade colonial interiorana, com tramas políticas e parentais singulares capazes de barganhar vantagens econômicas junto aos funcionários régios.

De qualquer forma, a grande área expansionista empreendida pelos sertanistas e pela Casa da Torre – Garcia d'Ávila seria proprietário de 340 léguas envolvendo os atuais estados da Bahia até o Piauí – impossibilitaram um efetivo controle da região e sua capacidade de defesa contra os constantes ataques das tribos Tapuias. Não tardou para que os sesmeiros, inicialmente com um projeto privado de conquista, reclamassem assistência da Coroa. Mediante as notícias que chegavam de Pernambuco e da Bahia – principais centros incentivadores da conquista do sertão –, o governador da Capitania da Parahiba, Manuel Soares de Albergaria, organizou novo avanço ao Piranhas (interior da capitania) sob a responsabilidade do já citado Teodósio de Oliveira Ledo. Foram fornecidas armas, munições e *bastimentos* para o avanço de índios e “soldados” sob sua liderança. Certamente o título militar de capitão-mor das Piranhas, Cariris e Piancó repassada a Oliveira Ledo – patente de nomeação firmada pelo governador-geral Lencastre – e o seu conhecimento da região interiorana da capitania deveram-se à própria trajetória de vida de sua família.

O tio de Teodósio, Antonio de Oliveira, viveu desde 1663 nas proximidades da Serra da Borborema, entrada para os Cariris e o Alto Sertão. Foi um dos responsáveis pela penetração pelos Cariris Velhos e a introdução de missões religiosas na atual cidade de Boqueirão – localizada a 45 quilômetros da atual cidade de Campina Grande (fundada, provavelmente, pelo próprio Teodósio Oliveira Ledo em 1697). Antonio de Oliveira teria chegado a atual cidade de Patos, de onde requereu sesmarias. Por sua vez, Constantino de Oliveira Ledo, irmão de Oliveira Ledo, já falecido na década de 1690 e substituído pelo próprio Oliveira Ledo, fora um respeitado conquistador da região junto ao seu tio Antonio. (PORDEUS, 1987) Mesmo com dificuldade, desde a Serra da Borborema Oliveira Ledo e seus homens alcançaram os rios Piancó e Piranhas, estabelecendo-se na área após aguerridas lutas com os nativos Tapuias.

Para Antonio José Sousa (1971), foi esta investida de Oliveira Ledo com alguns de seus irmãos e outros sertanistas da Casa da Torre que fundaram, por volta de 1700, o arraial de Piranhas. São respeitados historiadores paraibanos como Sousa, Seixas, Joffilli, Mariz, Medeiros, alguns deles falecidos membros do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, que preconizam o Oliveira Ledo (e seus índios *frecheiros*) como principal conquistador da região do Alto Sertão paraibano e fundador do arraial de Piranhas, atual cidade de Pombal, no estado da Paraíba. Este arraial, também denominado nos documentos cartoriais da época de “Nossa Senhora do Bom Sucesso”, foi o primeiro povoado da região que serviu de estadia e abastecimento para os viajantes e conquistadores que continuaram a avançar pela região do Alto Sertão de Piranhas para se estabelecer e/ou comerciar. A lenta conquista sobre os Tapuias – conhecida pela historiografia como a “guerra dos bárbaros” ou “confederação dos Cariris” – resultou na aquisição de propriedades a serem continuamente distribuídas; além da Casa da Torre entender, até a primeira metade do século XVIII, de que as terras da região pertenciam a sua família.

Não era raro que moradores recebessem sesmarias concedidas pelos d’Ávila em troca de impostos, que poderiam variar de galinhas e ovos até gado *vacum*. O próprio Oliveira Ledo, por exemplo, entre os anos de 1702 e 1706 realizou escritura de arrendamento de 28 propriedades situadas na região do Rio do Peixe e pertencentes à Casa da Torre.

A principal mão-de-obra na região era de índios escravizados, considerados “gente de corso”. Segundo Medeiros e Menezes Sá (1999), estes prisioneiros das guerras gentílicas eram considerados, por lei, como cativos dos conquistadores. Um dos sesmeiros do Alto Sertão de Piranhas chamado João de Miranda, para a obtenção do mesmo título de capitão-mor das Piranhas e Piancó pertencente a Oliveira Ledo, afirmou que nas batalhas contra nativos hostis ocorridas entre os anos de 1694 e 1704 chagou a aprisionar 489 índios para o trabalho nos aldeamentos.

Até o primeiro quarto do século XVIII manteve-se uma acirrada luta contra os nativos, seu aprisionamento e a tentativa de missões em catequizá-los e, paralelamente, o desbravamento de matas para a formação de fazendas voltadas especialmente para a criação de gado (e, a partir da segunda metade do século XVIII e principalmente no XIX, para a plantação de algodão). Um dos responsáveis pela captura de índios para o trabalho e organização religiosa, servindo até para a construção de igrejas na região, foi o Coronel Manuel Araújo de Carvalho. Vindo de Pernambuco com 150 homens mantidos às suas próprias expensas, uniu-se às ações de Oliveira Ledo e demais sertanistas. Neste constante avanço, atuais cidades localizadas no Alto Sertão de Piranhas, na Paraíba, como Piancó, Sousa e Pombal nasceram inicialmente como aldeamentos de índios Coremas, Icós e Pegas.

A Coroa portuguesa não era contrária às guerras gentílicas, mas exigia o mínimo de perdas em batalha: em 1699 condenou os excessos de Teodósio Oliveira Ledo quando assassinou índios capturados em guerra por considerá-los “incapazes”. Vale ressaltar que um quinto dos índios cativos pertencia ao fisco real, passando-se a explorar sua força em serviços públicos. Parte dos cativos também servia de espólio de guerra para a soldadesca que acompanhava o capitão-mor em seus avanços contra os Tapuias.

Medeiros e Menezes Sá (1999), ao se debruçarem especialmente sobre a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, explicam que uma estratégia comum utilizada pelos sesmeiros era o traspasso da posse de nativos cativos para as missões religiosas. Isto porque os capitães-mores estavam à mercê de punições do centro político pelo mau uso do trabalho indígena, enquanto os clérigos – distantes da mão poderosa do governador – estavam isentos da jurisdição secular. Em 1715, um dos frades da aldeia dos Cariris chegou a ser acusado de impor excessivo trabalho aos índios que estavam em sua missão para o cuidado da criação de cavalos.

De acordo com esta dinâmica social que se estabelecia na região do Piranhas e Piencó, os aldeamentos e arraiais que surgiam no sertão passaram a ser habitados, na sua maioria, por alguns conquistadores e seus descendentes, clérigos, e especialmente índios, escravos africanos e vaqueiros mestiços. A jurisdição de Piranhas e Piencó abrangia a bacia dos seus rios, alcançando o atual estado do Rio Grande do Norte. Para a administração deste julgado de Piencó e a boa observância das leis da Coroa, o próprio Coronel Araújo de Carvalho foi nomeado, em 1711, como o seu primeiro juiz ordinário. O arraial de Piranhas tornou-se a sede do tabelionato, onde ainda hoje encontram-se documentos cartoriais referentes ao período.

A nomeação do Coronel Araújo de Carvalho veio como reação do então governador da Capitania da Parahiba, João da Maia da Gama, ao excessivo controle da Casa da Torre sobre as terras do sertão e as emergentes disputas dos moradores por propriedades abandonadas. Desta forma, as sesmarias sem uso foram consideradas caducas e repassadas para novos arrendatários com capacidade de mantê-las produtivas, com a obrigação de serem bem ocupadas em até três anos. Mesmo sob protesto da Casa da Torre, esta determinação marcou a partir da primeira metade do século XVIII, um maior controle do centro administrativo sobre uma localidade de grandes proporções que vinha se firmando sob comando de senhores locais. Certamente, a partir destas interferências os principais arrendatários da Casa da Torre, como o próprio Coronel e juiz Araújo de Carvalho, saíram vitoriosos pela disputa de direitos adquiridos da terra.

Este dinamismo criado entre as instâncias superiores, sob os auspícios da Coroa, e as suas localidades, deu um tom singular a uma região voltada ao comércio de gado *vacum* e cavalar. Novos poderes autônomos se criaram a partir das primeiras décadas do século XVIII, formando-se na região uma elite de principais capazes de comandar o comércio e a sua administração.

Infelizmente, até o momento, pouca atenção foi dada pela historiografia às tramas da vida econômica e administrativa local e suas relações com os poderes supralocais. A história da conquista do Sertão paraibano está, atualmente, limitado a sínteses, resumos com grande carência analítica sobre a dinâmica social e administrativa na região durante o setecentos. A tramitação dos negócios no Alto Sertão de Piranhas, como a venda de gado, terras e escravos, procurações e seus representantes ou cartas de alforria, são indícios para o estudo da formação de redes comerciais que paulatinamente

se instalaram ao longo do século XVIII na região. Aspectos possíveis de estudo merecedores de uma maior atenção da historiografia.

Provavelmente, a prática do negócio e a formação de sociedades comerciais, mesmo que temporárias, deviam ligar-se às redes parentais ou de compadrio. Esta dinâmica não poderia deixar de ser semelhante às existentes no litoral das capitanias da Parahiba ou Pernambuco, nos seus latifúndios de cana-de-açúcar. Não é demasiado especular que, inserido no contexto de uma conquista tardia do sertão, o século XVIII marca na região de Piranhas e Piancó a formação de uma nova malha administrativa e comercial, com novos agentes históricos detentores de sua política local. De acordo com Seixas (2004), é provável que dois terços das terras do Agreste paraibano e parte ocidental do Cariri pertencessem à família Oliveira Ledo. Quando do falecimento do patriarca, em 1732, as terras arrendadas foram passadas ao seu filho, Antonio de Oliveira Ledo – proprietário de terra na região do Rio do Peixe – e ao parente Garcia de Oliveira Ledo, com ligações de compadrio com a Casa da Torre. Estas redes de influência continuariam a existir na segunda metade do século XVIII, quando seu outro filho, Francisco Luiz de Oliveira Ledo, foi nomeado capitão-mor do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe.

Foi na tentativa de controle destas redes de interesse comuns envolvendo agentes históricos da Bahia, Pernambuco e Parahiba, muitas vezes escapando da fiscalização régia, que o governador João da Maia Gama solicitou em carta ao rei, em 1710, a presença ao menos uma vez ao ano de um ouvidor-geral com seu escrivão. Desta forma, o juiz ordinário – na realidade mais um morador do Alto Sertão de Piranhas envolvido nas suas malhas locais – também estaria subordinado aos poderes centrais.

O estudo de uma sociabilidade na região dominada pelos primeiros sesmeiros também está vinculada à criação de uma política local específica, capaz de reger um espaço singular em formação. As hierarquias administrativas do Brasil colonial, composto por governador-geral, ouvidor-geral e Junta Geral – órgão colegiado composto de governador, autoridades da justiça e da fazenda e representantes do clero – circundavam, mesmo à distância, as práticas locais. A tentativa de controle da exploração do trabalho indígena, o cerceamento da forte interferência da Casa da Torre na região, a nomeação de juiz ordinário e as visitas, mesmo que irregulares, de um ouvidor, são exemplos dessas interferências “externas”. Por sua vez, o próprio sistema

colonial e sua administração estavam em transformação, propiciando novas possibilidades de ações autônomas nas localidades.

O arraial de Piranhas apenas recebeu sua Câmara Municipal em 1766, quando foi elevada à categoria de vila com a denominação de Pombal. Até este período, os aldeamentos do Alto Sertão também se viram submetidos às interferências do Senado da Câmara da Cidade da Paraíba. Seus membros também buscaram controlar espaços de poder sertanejos, como o trabalho indígena. Em 1701, por exemplo, foram contrários à prática de traspasso de índios cativos aos clérigos, pois sabiam que dessa forma não teriam como denunciar os sesmeiros diante da justiça comum e contestar práticas contrárias aos seus interesses econômicos no interior da capitania.

Infelizmente são poucos os documentos coloniais sobre a conquista do Alto Sertão de Piranhas que sobreviveram ao tempo e à sua má conservação. Uma das fontes mais utilizadas para a sua produção historiográfica, para além do Projeto Resgate de Documentação Histórica (Barão do Rio Branco – Arquivo Histórico Ultramarino), são os registros cartoriais e de sesmarias da Capitania da Parahiba. Para este último, há excelente publicação realizada por João de Lyra Tavares (1982), com a transcrição de doação de sesmarias desde o ano de 1586 até 1824 (além de regulamentações da época sobre o uso legal das terras).

Entretanto, há ainda valiosa documentação cartorial no I Ofício João Queiroga, na cidade de Pombal, envolvendo registros de compra e venda de terras, gado *vacum* e cavalar e de escravos africanos, além de cartas de alforrias e variadas procurações que permitem ampliar o estudo da formação social e econômica no Alto Sertão de Piranhas no setecentos. Esta documentação não é desconhecida e, em parte, tampouco inédita. Desde inícios do século XX historiadores e diletantes debruçaram-se sobre esta documentação, preocupando-se em escrever um pouco sobre suas memórias e uma história metódica para a região. Por sorte, alunos de pós-graduação vêm mostrando maior interesse por estas fontes¹, criando novas problemáticas e objetos de pesquisa sobre a história da região. E o professor Osmar Luiz da Silva Filho, da Universidade Federal de Campina Grande, chegou a digitalizar parte da documentação existente, catalogá-la e disponibilizá-la no site: <http://www.oavessodosilencio.hpgvip.ig.com.br/>.

¹ Vide, por exemplo, a dissertação de Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes, intitulada: “Em busca de liberdade: os escravos do sertão do Rio Piranhas, 1700-1750”, defendida em 2009 pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFCG.

Com novo apoio do CNPq, sob minha coordenação e do professor Osmar Filho, junto com outros docentes da UFCG e da UFPB, retomamos a digitalização do acervo presente no cartório da cidade de Pombal, nos concentrando nos Livros de Notas envolvendo os anos de 1725 a 1730, 1738 a 1742 e 1747. A digitalização foi finalizada e nos encontramos, atualmente, na difícil tarefa de transcrição para uma futura catalogação e, se possível, publicação. Pretendemos ainda copiar a documentação digitalizada em DVDs e distribuí-los em bibliotecas, arquivos públicos e institutos de ensino superior e médio do estado.

Acreditamos, desta forma, contribuir um pouco mais para a produção historiográfica de uma região carente de uma memória instituinte de sua formação histórica. E esperamos, assim, obter trabalhos que analisem com maior cuidado as tramas das redes sociais, políticas ou econômicas do Alto Sertão de Piranhas.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: UFPB, Conselho Estadual de Cultura, v. 2, 1997.

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BLUTEAU, Raphel Pe. **Vocabulário Portuguez e Latino**. UERJ: 500 anos do Brasil. CD-Rom.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: Política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1976.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: UFPB/Conselho Estadual de Cultura/A União Editora, 1997. Vol. 2.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994.

MEDEIROS, Maria do Céu; MENEZES SÁ, Ariane Norma de. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999.

OLIVEIRA, Elza Regis de. **A Paraíba na Crise do Século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985. (Documentos do Nordeste, 6).

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1977. Vol. 1. (Documentos paraibanos, 3).

PORDEUS, Terezinha. A segunda conquista da Paraíba: o Sertão. In: MELLO, José Octávio de Arruda (Coord.). **Capítulos da História da Paraíba**. Campina Grande: Grafset, 1987.

SEIXAS, Wilson. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. 2ª ed. João Pessoa : Grafset, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pela vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: CEPE, 2010.

SOUSA, Antônio José. **Apanhados históricos, geográficos e genealógicos do grande Pombal**. João Pessoa: Gráfica Comercial, 1971.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e Sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Natal: s/e, 2005.

TAVARES, João de Lira. **Apontamentos para a história territorial da Paraíba**. s/c: s/e, 1982.